

DIREITO E CIDADANIA: O CONHECIMENTO JURÍDICO COMO CERNE DA EFICÁCIA DA APLICAÇÃO DAS NORMAS

LUCAS NUNES FARIAS¹; BÁRBARA CANARY PERES²; FERNANDO MACHADO NETO³, ANGELA TORMA PIETRO⁴

¹ Faculdade Anhanguera do Rio Grande – lucas_orion_nunes@hotmail.com

² Faculdade Anhanguera do Rio Grande – babicanary@yahoo.com.br

³ Faculdade Anhanguera do Rio Grande

⁴ Faculdade Anhanguera do Rio Grande – angela.torma@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Desde o nascimento, o legado do ser humano é adquirir conhecimento, mas não apenas adquiri-lo por si só, fundamentalmente mais relevante será transmiti-lo e perpetua-lo entre os seus semelhantes.

Como nos diz o filósofo grego Pitágoras: “Educai as crianças, para que não seja necessário punir os adultos”. Assim, na formação escolar é transmitido para o jovem, conhecimentos básicos e históricos de várias matérias consideradas como fundamentais para a formação profissional e pessoal do futuro cidadão.

A Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que versa sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional nos especifica os fundamentos ao qual devem ser abordados nos currículos das escolas brasileiras. No seu artigo 36, I, esta lei nos diz: “Destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania” (BRASIL, Lei no. 9.394 de 20 de dezembro de 1996).

A motivação inicial para o desenvolvimento deste projeto é iniciar este cidadão em formação nos conhecimentos políticos sociais que regulam a nossa sociedade. Apresentar-lhe seus direitos e deveres como componente de uma república federativa, para que ao adquirir sua capacidade plena, possa este indivíduo ter informações básicas e relevantes sobre a sociedade de direito, contribuindo assim para sua vida laboral, pessoal e exercício de sua cidadania.

O presente projeto de pesquisa e extensão tem a finalidade de levar esclarecimento e informação no âmbito socio-jurídico aos estudantes da rede pública e particular de ensino do Município do Rio Grande e demais jovens em formação e amadurecimento intelectual de uma maneira dialógica e reflexiva, os conhecimentos que regem a sociedade como uma coletividade de direitos, abrangendo, explicitando e construindo um conhecimento das ramificações de nossa sociedade democrática e Estado de Direito.

Entende-se que a interação dos jovens nas legislações, literatura e filosofia que versam sobre os direitos e deveres da vida em sociedade contribuem de forma significativa para a formação de um cidadão mais crítico e com conhecimento do funcionamento e regramento da sociedade.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um trabalho que prima por um método qualitativo utilizando como instrumentos metodológicos, os seguintes passos: a) Equipe de trabalho: a equipe de trabalho conta com a participação de 7 acadêmicos do Curso de Direito, sendo estes: 2 (dois) do oitavo semestre; 3 (três) do segundo semestre; 2 (dois) do sexto semestre; 1(um) bacharel em direito voluntário, uma professora

coordenadora e dois professores voluntários; b) São realizadas reuniões sistemáticas com a equipe de trabalho na Faculdade Anhanguera do Rio Grande; c) Realização do mapeamento das Escolas de Ensino da Rede do Município do Rio Grande: Foram mapeadas 100 escolas da rede pública e privada do município do Rio Grande, sendo destas: 31 escolas estaduais, 54 escolas municipais e 15 escolas privadas; d) Inserção ecológica (CECCONELLO; KOLLER, 2004) que propõe ao pesquisador um olhar cuidadoso dirigido a todos os participantes do contexto estudado; e) Intervenções com os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas junto ao Centro de Referência em Assistência Social (CREAS).

A metodologia está sendo desenvolvida através de encontros dialógicos e reflexivos com os estudantes das Escolas do Município do Rio Grande e com os jovens que cumprem medidas socioeducativas. Os encontros seguiram a seguinte ordem de temas: I - Direito e Cidadania; II - Direitos individuais e coletivos; III - Direitos Sociais; IV - Responsabilidade social.

Os dados estão sendo coletados através de diários de campo e instrumentos de avaliação que foram construídos pela equipe. A análise dos dados vai seguir todos os passos da *grounded-theory* (GLASER & STRAUS, 1967; YUNES, 2001; YUNES & SZYMANSKI, 2005) conhecida como “teoria fundamentada nos dados” e que oferece suporte para a codificação e organização dos dados qualitativos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trata-se de um projeto de extensão permanente do Núcleo de Direitos Humanos da Faculdade Anhanguera do Rio Grande que até o presente momento realizou o mapeamento das escolas da rede de ensino do município, destas foram realizadas visitas e reuniões com as direções de 7 escolas às quais já tiveram participação no projeto.

As atividades realizadas com os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas junto ao Centro de Referência em Assistência Social (CREAS) estão sendo realizadas quinzenalmente através de diálogos e dinâmicas onde são introduzidos o conhecimento técnico jurídico visando despertar uma consciência cidadã conferindo uma possibilidade concreta de compreensão do verdadeiro sentido e finalidade da medida socioeducativa aplicada. Foram realizados 6 encontros com os adolescentes dos dois grupos permanentes do CREAS onde já foi possível perceber mudanças significativas quanto a participação dos adolescentes que inicialmente eram pouco participativos e com o avançar dos encontros demonstram interesse e vontade de mudança. Alguns relatam o interesse em seguir os estudos e realizar um curso superior, além da busca por uma profissão e de não repetir o ato que o levou a sofrer uma medida socioeducativa.

Até o presente é possível perceber as importantes trocas de aprendizagens entre os acadêmicos do Curso de Direito e os participantes das atividades realizadas nos espaços formais e informais de aprendizagem.

4. CONCLUSÕES

O presente trabalho se faz necessário para contribuir no desenvolvimento intelectual e pessoal do jovem, promovendo o conhecimento basilar para que possa exercer sua cidadania com consciência e informação, necessários para formação de suas condutas morais e sociais. Introduzindo este conhecimento na

educação básica, o jovem terá inculcido em si os direitos e deveres necessários para o convívio em sociedade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONAVIDES, Paulo. ***Direito Constitucional***. 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012.
BRASIL. **Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em junho de 2016.

CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. H. Inserção Ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. In: KOLLER, S. H. (org.). ***Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil***. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

DALLARI, Dalmo de Abreu. ***Elementos de teoria geral do Estado***. 30ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DE CICCIO, Claudio; GONZAGA, Alvaro de Azevedo. ***Ciência Política e Teoria Geral do Estado***. 3 ed. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2011.

DHIEL, Antonio e TATIM, Denise Carvalho. ***Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: métodos e técnicas***. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A.L. ***The discovery of grounded theory***. New York: Aldine, 1967.

SARLET, Ingo Wolfgang. ***A eficácia dos direitos fundamentais***. 11ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2012.

YUNES, M. A. M. & SZYMANSKI H. Grounded-theory & Entrevista Reflexiva: uma associação de estratégias metodológicas qualitativas para uma compreensão da resiliência em famílias. In: GALIAZZI, M. C.; FREITAS, J. V. (orgs.) ***Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental***. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

YUNES, M. A. M. A Aplicação da grounded-theory como método de análise qualitativa no estudo da resiliência em famílias de baixa renda. ***Revista do Departamento de Psicologia da UFF***, Niterói, v. 2, n. 13, p. 123-139, 2001.